

Terrorismo e tortura são inafiançáveis

Telefoto de Gilberto Alves

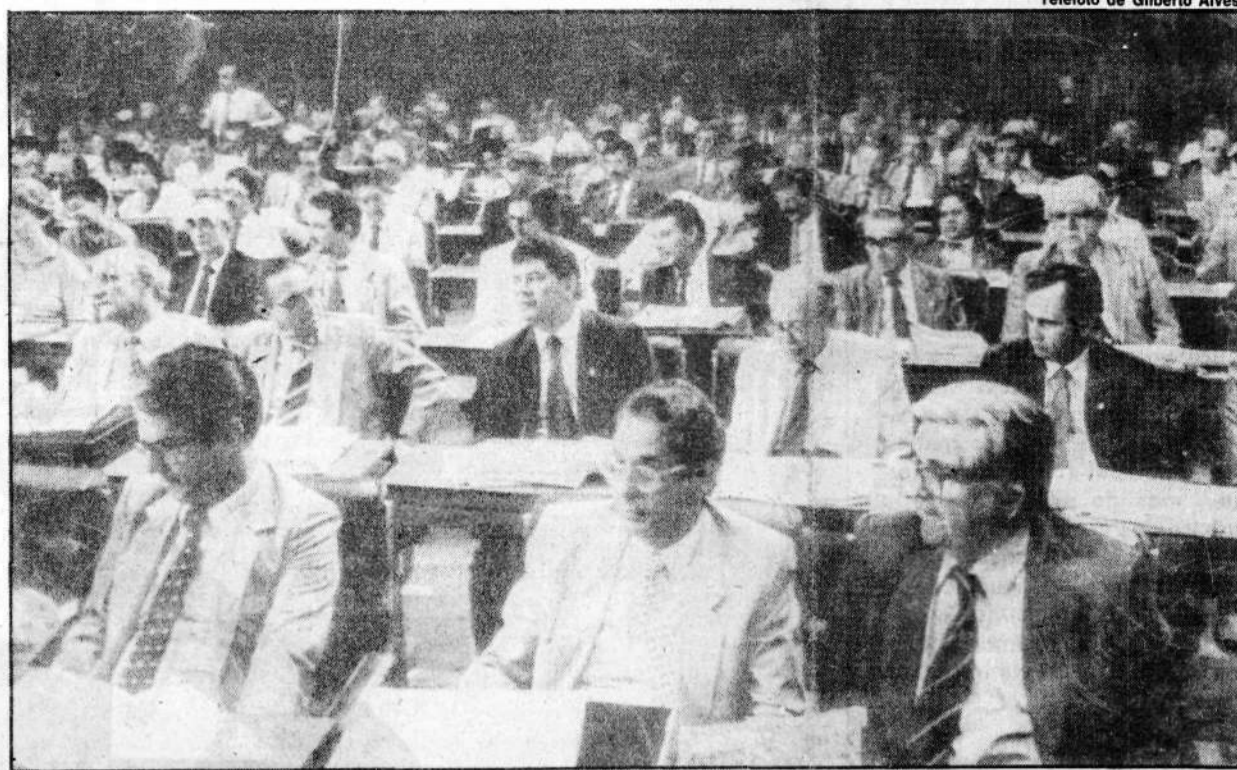
BRASÍLIA — Tráfico de drogas, crimes hediondos e terrorismo, além da tortura, serão considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, segundo dispositivo da nova Carta aprovado ontem pelo Plenário da Constituinte. Na primeira vez em que um dispositivo foi votado sem acordo prévio entre as forças políticas, o Centrão conseguiu manter integralmente seu texto sobre o assunto, rejeitando emenda defendida pela liderança do PMDB por 279 votos contra 240.

Mais tarde, a vitória foi confirmada com a rejeição do destaque do Deputado José Genoíno (PT-SP) por 315 votos contra 191. As propostas do PMDB e de Genoíno pretendiam restabelecer o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, que se refere apenas à tortura como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

A emenda do PMDB, assinada pelo Deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), era substitutiva ao texto do Centrão e a do PT pretendia suprimir os três outros crimes, deixando apenas a tortura.

Os debates giraram em torno do que seria mais grave: a tortura, segundo a esquerda, ou o terrorismo, conforme os centristas. A estratégia da Liderança do PMDB era, como explicou o Relator Adjunto José Fogaça, dar o mesmo tratamento ao terrorismo, tráfico de entorpecentes e crimes hediondos, só que num outro dispositivo do mesmo artigo, juntando-se várias emendas referentes ao assunto.

Uma das emendas previstas, a do Deputado José Tavares (PMDB-PR), tornava inafiançáveis o terrorismo e o tráfico de entorpecentes e impres-



Os constituintes testam com sucesso a votação eletrônica. O painel, que apresentava defeito, volta a funcionar

critível também este último. A separação da tortura foi justificada pelo fato de ela ser um crime do Estado contra o cidadão.

A estratégia não deu certo, pois prevaleceu no plenário os apelos do Centrão no sentido de que todos esses crimes deveriam receber o mesmo tratamento, alinhados no dispositivo.

O Deputado Gérson Peres (PDS-PA), por exemplo, afirmava que o terrorismo deve figurar no mesmo

parágrafo da tortura por ser crime ainda pior, acrescentando que "é uma tortura coletiva". Já o Deputado José Genoíno dizia que são crimes diferentes e devem ser tratados separadamente.

Entendendo que há um diferença qualitativa entre tortura e terrorismo, o Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) observou:

— Se um chileno acertar um tiro no Pinochet, é terrorista ou é herói? Quem é terrorista hoje poderá ser amanhã Chefe de Estado.

Já o Líder do PFL, José Lourenço, que ocupou a tribuna a seguir, reagiu:

— Estou pasmo. Não posso compreender o que ouvi. Estão aplaudindo os assassinos de Aldo Moro.

Pelo texto aprovado ontem, a lei considerará a prática da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo inafiançáveis, insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Plenário rejeita a pena de morte

BRASÍLIA — Por 392 votos contra, 90 a favor e 18 abstenções, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte rejeitou ontem a emenda apresentada pelo Deputado Amaral Neto (PDS-RJ) que instituiu a pena de morte para crimes de assalto, roubo, seqüestro e estupro resultando em falecimento da vítima. Foi aprovado o texto do Centrão que restringe a pena capital a delitos cometidos em tempo de guerra.

Foi a quinta vez consecutiva, no espaço de um ano e meio, que a proposta de pena de morte é derrotada. Primeiro foi o Congresso que rejeitou a emenda constitucional de Amaral Neto. Apesar da derrota, ele defendeu a sua proposta em todas as fases da Constituinte: Subcomissão, Comissão, Sistematização e Plenário, onde ela foi definitivamente derrotada ontem.

Das cinco vezes, Amaral Neto teve como adversário na tribuna o Deputado José Genoíno (PT-SP). Falaram também contra a pena de morte o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), os Deputados Aldo Arantes (PC do B-GO) e Roberto Jefferson (PTB-RJ); e a favor o Deputado Cunha Bueno (PDS-SP).

Amaral reconheceu, ao subir à tribuna na hora do debate, que já estava derrotado, atribuindo o resultado negativo ao preconceito brasileiro contra a pena de morte. Os que falaram contra sustentaram que a adoção da punição pela morte comprovadamente não exerce efeito inibidor sobre criminosos e assassinos, sendo portanto inócua para diminuir a incidência de crimes considerados hediondos.

Foram igualmente rejeitadas outras quatro emendas que propunham a pena de morte ou a prisão perpétua para crimes seguidos de morte da vítima. O exame destas emendas tomou cerca de duas horas. Apesar dos apelos da Mesa, e das manifestações de cansaço e desinteresse do plenário, os autores — Deputados Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Farabullini Júnior (PTB-SP), Luiz Soyer (PMDB-GO), e o Senador João Menezes (PFL-PA) recusaram-se a retirar suas propostas.

Dos 500 constituintes que votaram a emenda Amaral Neto, somente 423 assistiram à votação da última.

Na mesma sessão, foi aprovado por 304 votos, contra 192 e 10 abstenções, destaque do Deputado Antônio Brito (PMDB-RS) mantendo o texto da Sistematização que exige a observância das qualificações profissionais especificadas em lei para o exercício das profissões: com isto, foi mantida a exigência de diploma universitário para os jornalistas. Encaixinou a favor o Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), e contra o Líder do PTB, Gastone Righi.

Por meio de acordos entre os constituintes, foram fundidas várias emendas, resultando na votação de três matérias aprovadas em acordo de liderança: garantia da inviolabilidade das residências; garantia de que o indivíduo civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo exceções; e tipificação das penas previsíveis em lei: privação da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa, suspensão ou interdição de direitos.

Deputado exhibe na tribuna urinol que enviará à CUT

Telefoto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — O Deputado e pastor Jaime Paliarin (PTB-SP), que não tinha se destacado até ontem na Constituinte, conseguiu chamar a atenção ao exibir da tribuna um urinol e anunciar que ia enviá-lo ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli.

Paliarin responsabiliza o líder sindical por incluir seu nome na lista de constituintes que estariam trabalhando contra o povo, publicada no jornal da CUT e em panfletos.

— Aqui — disse o Deputado, mostrando o penico — os caluniadores poderão defecar à vontade.

O susto inicial dos constituintes foi logo substituído por gargalhadas e alguns aplausos. O vaso, azul, tamanho infantil, com uma etiqueta marcando que custara CZ\$ 120, permaneceu na tribuna até a chegada do orador seguinte, Olivio Dutra, Presidente do PT e filiado à CUT, que se referiu apenas a assuntos regimentais, ignorando a manifestação de Paliarin.

A resposta foi depois, através do Deputado Florestan Fernandes (PT-SP), que, dirigindo-se ao Presidente



Paliarin mostra na tribuna o penico que prometeu mandar a Meneghelli

da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou:

— O Deputado Jaime Paliarin esqueceu na tribuna uma sopeira de uso familiar. Eu quero pedir a V. Exa. que a devolva a seu proprietário.

Estreante como Deputado federal, Jaime Paliarin, casado, quatro filhos, é pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e se declara intransigente defensor da moralidade. Alinhado com a corrente conservadora da Constituinte, é também advogado e pecuarista.

TEXTO APROVADO

Terrorismo e tráfico

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte aprovou na tarde de ontem o parágrafo oitavo do artigo 6º, Capítulo I do Título II da nova Carta, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 6º — ...
§ 8º — Ninguém será submetido a tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo crimes inafiançáveis, insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Sessão terá novo horário de abertura

BRASÍLIA — As sessões da Constituinte começarão diariamente às 13h30m, com o início da votação das emendas uma hora depois, após o pequeno expediente e a comunicação das lideranças.

A proposta, feita pelo Deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), foi aceita pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que inicialmente pretendia manter a abertura às 15 horas. Arantes alegou que a demora em iniciar a votação, que nestes primeiros dias começara depois das 17 horas, vinha prejudicando todos os prazos de conclusão dos trabalhos. O acerto com as lideranças será feito amanhã, prevendo-se o novo horário para a próxima semana.

Técnico da Alemanha faz sucesso no Congresso

Telefoto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — O técnico alemão Erwin Haas, 37 anos, foi o alvo das atenções no Congresso, ontem, quando instalou um novo processador central no sistema eletrônico de votação, que depois de três dias voltou a funcionar, aprovando plenamente nos dois testes feitos pelos próprios constituintes.

Acompanhado por Adelmo Pilger, Gerente de automação da AEG Telefunken do Brasil, Haas passou a maior parte do tempo fechado na sala lateral do plenário, onde está montada a unidade central do sistema de votação. Suas poucas aparições tiveram que ser negociadas com o Secretário Geral da Mesa, Paulo Afonso.



O técnico posou à entrada da sala

Com bom humor, Haas posou para os fotógrafos, meio surpreso ante a curiosidade que despertava nos jornalistas e constituintes.

Orientado para que não concedesse entrevistas, limitou-se a comentar, em inglês, o sucesso da troca do processador central, que dará ao sistema uma agilidade quatro vezes maior que a anterior.

Segundo o Gerente Pilger, responsável pela montagem do painel eletrônico, a desativação parcial do sistema deveu-se a uma sobrecarga, quando utilizado pela totalidade dos constituintes.

O primeiro teste foi feito pela manhã, pelos próprios técnicos. Mas, antes do início das votações à tarde, Ulysses conduziu duas votações simuladas. Da primeira delas participaram 303 constituintes e, da segunda, 367.

Fernando Henrique permanece Líder

BRASÍLIA — O Senador Fernando Henrique Cardoso foi reconduzido ontem, por aclamação, à Liderança do PMDB no Senado. O esperado confronto entre Fernando Henrique e o Senador Saldanha Derzi (MS), Líder do Governo no

Senado, não aconteceu. Saldanha disse na reunião que sua função é defender o Governo, o que o PMDB não vinha fazendo. Fernando Henrique, por sua vez, afirmou que manterá sua posição. Ele pretende adotar a linha do partido, criticando o Go-

verno nas suas falhas.

Fernando Henrique não aparentava disposição de deixar o PMDB. Afirmava-se que isso ocorreria até o dia 23. O Senador estranhou:

— Dia 23? De que mês? Ou melhor, de que ano?